



Receita Federal

Superintendência da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal
Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos/SP

ANEXO II

PROJETO BÁSICO (Processo Administrativo nº 11128.720896/2022-41)

1 – DO OBJETO

1.1 – Prospecção do mercado imobiliário em Guarujá SP, com vistas à futura locação de imóvel para instalação da Agência da Receita Federal do Brasil em Guarujá, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel não residencial urbano que atenda aos requisitos mínimos especificados neste projeto básico e anexos.

2 – DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. A Agência de Guarujá foi criada pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria nº 95 de 30 de abril de 2007. Ela é fruto de um contrato de construção para locação, sendo o imóvel planejado e construído para se tornar a Agência da RFB no Guarujá. Construída obedecendo as normas técnicas da RFB para abrigar todas as necessidades do Órgão, tanto em termos de lógica, elétrica e funcionalidades, assim como para suportar a demanda de público e servidores de então. Ela está instalada desde a sua criação em imóvel locado em avenida de grande movimento, onde estão instaladas as agências dos principais bancos, lojas e escritórios comerciais e outras repartições públicas; é destino final de várias linhas de transporte coletivo, o que facilita o acesso de contribuintes e servidores que têm necessidade de usar o transporte público para se locomover para os diferentes pontos da cidade. A Agência da Receita Federal do Brasil em Guarujá ocupa atualmente um imóvel com área de 415,87 m², situado à Avenida Adhemar de Barros nº 230 - Vila Santo Antônio, no município de Guarujá/SP.

2.2 Em 2021 foi instituído o Processo 13032.640483/2021-97 para prorrogação do contrato de locação, foi apontado por esta unidade a perda de 02 servidores o que acarretou diminuição da área máxima do imóvel a ser disponibilizado para funcionamento da Agência em função dos limites impostos pela Portaria ME nº 19385/2020.

2.3 No despacho DIENG/COPOL 594/2022 foi autorizada a prorrogação da atual locação pelo período de 12 (doze) meses, condicionada a adoção de providências para disponibilização de imóvel com metragem que atenda a Portaria ME nº 19385/2020, com área de mínima de 134,66 m² e 158,23 m² como área máxima, conforme item 11 do despacho, cabe ressaltar que após a elaboração do despacho, novo funcionário foi localizado na Agência e conforme novos cálculos de limite de acordo com a população do prédio, os valores passaram para 155,87 m² (área mínima) e 186,51 m² (área máxima).

2.4 Foi efetuada também a mensuração de números de atendimentos diários na Agências e conforme apuração no período de 22/08/2022 a 02/09/2022 foi determinado o número de 81,3 atendimentos diários com novos cálculos de limite de acordo com a população do prédio, os valores passaram para 139,84 m² (área mínima) e 170,48 m² (área máxima).

2.5. Após diversas tratativas com o atual proprietário do imóvel onde está instalada a Agência, ficou definido que não há como reduzir a área do atual imóvel.

2.6. Tendo em vista que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU/DF) informou acerca da indisponibilidade de imóvel da União, situado em Guarujá e compatível para abrigar a Agência da Receita Federal do Brasil em Guarujá, resta a alternativa de locação de imóvel que melhor se adapte aos limites da Portaria ME nº 19385/2020.

2.7. Como exposto, a necessidade de locação de um imóvel adequado ao funcionamento da Agência com área entre 139,84 m² a 170,48 m².

3 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

3.1 – A estimativa de área para o novo imóvel considera o quantitativo de servidores e terceirizados, em exercício nas unidades que serão alocadas, de acordo com o informado no Sistema de Apoio às Atividades Administrativas (SA3). E segue o disposto no Decreto 7.689/2012 em na Portaria RFB 19385/2020, conforme tabela abaixo:

Existe recurso assegurado para execução do projeto? (custeio do aluguel)	sim	
Em caso afirmativo, informar fonte/ação orçamentária (a fonte orçamentária deverá ser verificada junto ao respectivo setor financeiro)	(150251030 geralmente é essa a fonte)	
Estado (do imóvel pretendido)	sp	
Município (do imóvel pretendido)	guarujá	
Tipo do imóvel (que atenderia a unidade)	Sala	
Zona (do imóvel pretendido)	urbana	
Cálculo de População Principal ((preencher campos abaixo segundo quantitativo populacional atual da unidade que ocupará o imóvel)		
semanais		
(servidores, empregados e terceirizados com estação de trabalho)	6	
Jornada de trabalho menor que 30h semanais		
(servidores, empregados e terceirizados com estação de trabalho)	0	
Servidores em teletrabalho com portaria nominal ou teletrabalho integral via PDG	0	
Estagiários	1	
População principal (cálculo automático nos termos do art. 6º da Portaria ME nº 19.385/2020)	6,5	
Cálculo das Áreas Específicas demandadas		
Média de atendimentos diários no CAC (2019 - cenário pré-pandemia)	81,3	
Área de Espera do CAC (cálculo automático nos termos do art. 49 da Portaria ME nº 19.385/2020)	30,4875	
Outras Áreas Específicas demandadas (listar áreas não computáveis nos termos do art. 3º, inciso II, item b da Portaria ME 19385/2020, com exceção das áreas de espera do CAC)		
1- (ex.: garagem)	0	Justificativa
2- (ex.: arquivo permanente)	0	Justificativa
3- (ex.: restaurante)	0	Justificativa
4- (ex.: depósito)	0	Justificativa
Área construída mínima e máxima (cálculo automático nos termos do art. 14 da Portaria ME nº 19.385/2020)	139,8375	170,4803571
Área do terreno (do imóvel pretendido) (resposta não obrigatória)	Mínima (m²)	Máxima (m²)
Há imóvel locado para este fim atualmente?	Sim ou não	
Em caso afirmativo, informar o valor mensal do aluguel atual	R\$	
Descrição do uso proposto (uso proposto para o imóvel)		
Justificativa (motivo da busca por imóvel disponível, ex.: encerramento contrato)		
Informações opcionais		
Localização (localização de preferência para o imóvel pretendido)	Logadouro, Bairro e/ou CEP	
Observações/necessidades especiais (requisitos para o imóvel pretendido)		

3.2 – De acordo com o dimensionamento preliminar, o prédio deverá possuir área útil mínima em torno de 139,84m² e área útil máxima em torno de 170,48m²,

3.3 – A área útil é a área coberta efetivamente aproveitada pelo imóvel, correspondente à área de piso, das quais se excluem as áreas de projeção de paredes, vãos de escadas, shafts e garagens.

3.4 – Os requisitos obrigatórios e desejáveis constam do Anexo 3 – Quadro de Requisitos do Imóvel deste Projeto Básico.

3.5 – O imóvel deverá estar concluído, em condições de operação e adaptado aos padrões exigidos neste Projeto Básico e ao constante da proposta apresentada pela proponente escolhida.

3.6 – Todos os elementos construtivos e componentes físicos que integram a edificação deverão atender à legislação de uso e ocupação do solo, ao conjunto de normas urbanísticas contidas no Plano Diretor Local – PDL.

3.7 – O imóvel deverá atender as exigências do corpo de bombeiros, devendo estar vigente o laudo expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo.

4 – DO LAYOUT

4.1 – Para elaboração dos diversos estudos, até sua versão final, deverão ser observados: as áreas, os Originais mobiliários, o número de tomadas elétricas e tomadas de lógica, o quantitativo de pessoal de cada ambiente e a disposição dos diversos setores entre si, bem como outras recomendações da RFB.

4.2 – A locação do imóvel fica condicionada a verificação da conformidade do imóvel e do layout final à Portaria ME RFB nº 19.385 de 2020

5 – DA JUSTIFICATIVA DA LOCALIZAÇÃO

5.1. Em razão da localização do imóvel atual (localizada próxima a Rodoviária do Município do Guarujá e próxima também do acesso à Rodovia Cônego Domênico Rangoni), definiu-se que o novo imóvel deve estar localizado em local de fácil acesso aos moradores dos municípios de Guarujá e Bertioga que serão atendidos na Agência, próximo a rede de transporte público regular e preferencialmente de estacionamentos públicos, visto que realiza atendimento ao público externo.

5.2. Outro fator a ser considerado na localização é a região onde possui infraestrutura para as ligações de rede lógica.

5.3. Desta forma, definiu-se como viável, a localização do imóvel no Bairro da Vila Santo Antônio, a um raio máximo de 4 km (quatro quilômetros) da atual localização da Agência e devesse atender aos critérios estabelecidos nos itens 5.1 e 5.2.

6 – DO VALOR ESTIMADO E ORÇAMENTO

6.1 – O valor da contratação será obtido por meio de prospecção do mercado imobiliário, o processo de Chamamento Público. Através desse processo, será possível identificar a oferta de imóveis que atendem aos requisitos apresentados neste Projeto Básico e anexos.

6.2 – A partir do resultado da avaliação do imóvel ofertado e aceito pela Receita Federal do Brasil, o imóvel será submetido ao laudo de avaliação. Em seguida, será emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária, bem como a autorização para a contratação e demais exigências legais a serem observadas neste processo.

7 – DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

7.1 – As empresas interessadas em se credenciar, deverão apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação do Edital, os seguintes documentos:

7.1.1 – Descrição do imóvel, contendo o endereço completo;

7.1.2 – A descrição das instalações existentes;

7.1.3 – A área útil total (excluindo áreas de projeção de paredes, vãos de escadas, shafts e garagens) e a área total do imóvel a ser locado;

7.1.4 – Quantidade total de pavimentos da edificação;

7.1.5 – Fotos do imóvel (externas e internas);

7.1.6 – Cópia autenticada da Carta de Habite-se;

7.1.7 – Cópia autenticada e atualizada de certidão de matrícula do imóvel;

Original

7.1.8 – Declaração atestando que não há, acerca do imóvel, qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação;

7.1.9 – Data para entrega do imóvel, com as adaptações necessárias, obedecendo os prazos estabelecidos; 7.1.10 – Mídia digital (CD/DVD ou Pen drive) com plantas baixas dos pavimentos, cortes e fachadas em arquivos com extensão “dwg” ou “dxf”.

7.1.11 – No caso de existência de condomínio e/ou sub-condomínio:

1. Explicitar os serviços oferecidos em relação à operação, segurança e manutenção da edificação;

2. Identificar os demais locatários atuais da edificação ou empreendimento;

3. Valor mensal do condomínio;

4. Valor mensal do sub-condomínio.

7.1.12 – Apresentar laudo e alvará do corpo de bombeiros com vigência na data da proposta;

7.2 – A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

7.3 – A análise e seleção da proposta será realizada pela equipe de planejamento instituída pela Portaria ALFSTS nº 111/2022, de 28 de junho de 2022.

7.4 – As propostas serão analisadas de acordo com os parâmetros do anexo 1, em caráter eliminatório e classificatório.

7.5 – Deve constar na proposta o valor mensal do aluguel e o valor total para os 60 meses, computando todos os custos necessários à realização do objeto da futura locação, bem como os impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros, exigências de adequações previstas neste edital e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o contrato.

7.6 – A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante, desde que possua poderes para tal, devidamente comprovados.

7.7 – Quando da análise e seleção da proposta, a contratante poderá realizar consulta prévia à Prefeitura Municipal de Guarujá para fins de licença de funcionamento exigidas na legislação urbanística, bem como poderá realizar quaisquer diligências que julgue necessária ao complemento de informações em relação à proposta apresentada, inclusive com vistoria do imóvel proposto para locação

8 – DA NECESSIDADE DA VISTORIA

8.1 – Em virtude da necessidade de avaliação pela área de Engenharia, quanto ao atendimento dos requisitos técnicos e legais das edificações, ao atendimento da demanda e adequação do layout ao espaço oferecido pelos licitantes, a Administração poderá solicitar vistoria, conforme requisitos estabelecidos nas especificações técnicas anexas. Original

8.2 – Serão observados, pela equipe de vistoria, os seguintes critérios objetivos:

8.2.1 – Atendimento às características do objeto: conformidade da edificação em relação aos requisitos técnicos e legais, instalação dos equipamentos de segurança, rede lógica e de comunicação; perfeito funcionamento do sistema elétrico, de combate a incêndio e elevadores.

8.2.2 – Serão recusadas edificações que, apesar de se encaixarem nos requisitos técnicos e na faixa de metragem desejada, possuam projeto arquitetônico que torne inviável o atendimento da demanda quando da aplicação do layout preliminar à metragem licitada.

9 – DA CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

9.1 – A partir do resultado da avaliação do imóvel ofertado e caso aceito pela Locatária RFB, o imóvel será submetido ao laudo de avaliação. Em seguida, será emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária, bem como a autorização para a contratação e demais exigências legais a serem observadas neste processo.

9.2 – Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender a Locatária RFB, a Administração poderá optar pela inexigibilidade de licitação; em caso de mais de um imóvel em condições de atender a RFB, a Administração poderá optar pela contratação por dispensa de licitação, em estando presentes os requisitos previstos no art. 24, inciso X, da Lei nº 8666/1993; existindo mais de um imóvel em condições de atender a RFB e não estando presentes tais condições, far-se-á uma licitação.

9.3 – A celebração do contrato deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados na data de recebimento da nota de empenho pelo proponente.

9.4 – O imóvel deverá ser provisoriamente entregue 15 (quinze dias) após a assinatura do contrato e definitivamente entregue 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.

9.4.1 – O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pela Locatária RFB.

9.5 – Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:

- a) cópia autenticada do “Habite-se” do imóvel;
- b) cópia autenticada do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;
- c) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da união se o locador for pessoa física;
- d) se o locador for pessoa jurídica: certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) cópia autenticada do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;
- f) contrato celebrado entre o proprietário do imóvel e a imobiliária, se for o caso; g) Contrato Social da imobiliária, se for o caso;

h) declaração de inexistência de impedimento de ordem jurídica; original

i) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal;

9.6 – O proponente escolhido, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo previsto no subitem 9.4 acima, poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências da Locatária RFB.

9.6.1 – Serão de responsabilidade do proprietário do imóvel seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais.

9.6.2 – Além de cópias dos projetos arquitetônicos e complementares, deverão ser entregues os manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel.

9.6.3 – As plantas, leiautes, os projetos elétricos, lógica, hidráulico-sanitário, sistema de combate a incêndio e climatização completos deverão ser entregues em asbuilt.

10 – DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

10.1 – O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo previsto no item 9.4, em perfeitas condições de funcionamento e desocupado, para avaliação preliminar pela RFB.

10.1.1 – No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar, no mínimo, as condições previstas nos Anexos 1 e Anexo 2 deste Edital e na proposta da proponente.

10.2 – Confirmadas as condições descritas nos itens 10.1. e 10.1.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pela RFB, observado o disposto no subitem 9.4 deste Edital.

10.3 – Após a assinatura do contrato, em prazo a ser definido entre as partes, o locador fornecerá à locatária leiautes contendo as seguintes informações:

- a) compartimentação dos ambientes internos da edificação;
- b) locação dos pontos de cabeamento estruturado e elétrico para atendimento das estações de trabalho;
- c) localização das áreas complementares: arquivo, salas de reunião, salas técnicas, banheiros privativos e copas, entre outras informações complementares.

11 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 – São obrigações e responsabilidades da proponente adjudicatária:

- a) entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins que se destina, observadas as necessidades antecipadas pela Locatária RFB;
- b) garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- c) manter, durante a locação, a forma e a destinação do imóvel;
- d) responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- e) fornecer à Locatária RFB, caso solicitado, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- f) fornecer à Locatária RFB recibo discriminado das importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- g) resolver problemas estruturais que o imóvel apresente, bem como aqueles que dificultem as condições de habitabilidade predial;

h) indicar preposto para se aceitar pela Locatária RFB, representá-la na execução do contrato decorrente deste Edital,

11.2 – São obrigações e responsabilidades da Locatária RFB:

- a) pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, considerando o prazo de carência de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato;
- b) restituir o imóvel, no estado em que o recebera, salvo deterioração decorrente de seu uso normal, findo o prazo locatício e precedido de prévio e manifestado desinteresse na prorrogação;
- c) comunicar à proponente adjudicatária qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- d) realizar a imediata reparação de danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si e/ou seus visitantes;
- e) não modificar a forma externa ou interna do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito da proponente adjudicatária;
- f) entregar imediatamente à proponente adjudicatária os documentos de cobrança de tributos, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que lhe seja direcionada;
- h) pagar as despesas de telefone, consumo de energia elétrica, água e, se for o caso, condomínio;
- g) pagar os impostos (Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU) e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra incêndio e outros sinistros, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, salvo disposição em contrário e em estrita observância à disposição contida no contrato a ser celebrado em decorrência deste Edital;
- h) permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por mandatário, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei nº 8.245/1991.

12 – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

12.1 – A Locatária RFB designará uma comissão para recebimento do imóvel, acompanhamento e fiscalização da locação objeto deste Edital, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução Original das falhas ou defeitos observados.

12.2 – As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

13 – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

13.1 – A Locatária RFB, respeitadas as disposições legais e regulamentares em contrário, goza do direito de retenção de benfeitorias que tiver por úteis (art. 578 do Código Civil) aos seus serviços, após prévio e expresso consentimento da proponente adjudicatária.

13.2 – As benfeitorias necessárias (art. 578 do Código Civil) introduzidas pela Locatária RFB, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991.

13.3 – Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, tapetes e lustres, poderão ser retirados pela Locatária RFB, desde que não sejam de propriedade da proponente adjudicatária, constantes do laudo de vistoria.

13.4 – Finda a locação, será o imóvel devolvido à proponente adjudicatária, nas condições em que foi recebido pela Locatária RFB, salvo os desgastes naturais do uso normal.

14 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – Para assinatura do contrato deverão ser observados os critérios documentais, operacionais, funcionais e de manutenção e conservação do imóvel, conforme previsto neste Edital.

14.2 – O contrato decorrente da locação terá vigência de 60 (sessenta) meses, contada da data da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

15 – DO PAGAMENTO

15.1 – As despesas decorrentes da locação correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2022, sendo nos exercícios seguintes, à conta das dotações orçamentárias próprias para atender despesas da mesma natureza.

15.2 – A Locatária RFB pagará aluguel mensal à proponente adjudicatária, além de efetuar o pagamento, mediante faturas de energia elétrica, IPTU, telefonia fixa e do condomínio, se houver tal previsão, salvo os referentes aos exercícios anteriores à locação objeto deste Edital.

16 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 – Deverão ser utilizados, preferencialmente, materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

16.2 – O locador deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA nº 307, de 05/07/2002, e na Instrução Normativa da extinta Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPDG nº 1, de 19/01/2010.

16.3 – O locador deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos arts. 3º e 10 da supracitada Resolução CONAMA.

17 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

17.1. A proposta de locação deverá vir acompanhada dos seguintes dados ou documentos relativos ao imóvel:

17.1.1. Declaração atestando que não pesa, sobre o imóvel, qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da comissão designada.

17.1.2. Mídia digital com plantas baixas dos pavimentos, cortes e fachadas em arquivos com extensão dwg ou dxf. 17.1.3 Fotos do imóvel (externas e internas).

17.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação e da regularidade fiscal e trabalhista do PROPONENTE, verificar-se-á o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

17.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – SEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br);

17.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

17.2.3. Cadastro Informativo de Débitos não Quitados - CADIN, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002.

17.3. Os PROPONENTES deverão comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista, o que poderá ser feito pelo credenciamento e regularidade de situação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010, da antiga Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que será verificada por meio de consulta on-line ao Sistema; ou, caso contrário, poderá ser efetuada mediante a apresentação, com a proposta de locação, dos seguintes documentos:

17.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a Seguridade Social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);

17.3.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se for o caso.

17.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, na forma da lei.

17.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

18 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

18.1. As obrigações decorrentes da contratação serão formalizadas por instrumento de Contrato, celebrado entre a União, a ser denominada LOCATÁRIA, e o proponente vencedor, a ser denominado LOCADOR, que observará os termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro 1991 e supletivamente da Lei nº 8.666, de 1993, e das demais normas pertinentes.

18.2. É vedada a contratação de interessados que:

18.2.1. Estejam em processo de falência, de insolvência, ou outra forma de concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação;

18.2.2. Enquadrem-se nos casos de vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, conforme Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

18.2.3. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.4. Tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.5. Estejam impedidos de licitar e de contratar com a União, com base no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

18.2.6. Estejam impedidos de participar de licitações nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

18.2.7. Tenham sido declarados inidôneos na forma estipulada pelo artigo 46 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; ou pelo artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

18.2.8. Estejam proibidas de contratar com o Poder Público em função da aplicação do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

18.2.9. Enquadrem-se nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. O presente chamamento público tem por objetivo realizar uma prospecção do mercado imobiliário e não implica obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas.

18.4. A classificação e a seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, especialmente, a conveniência e a adequação do imóvel à finalidade pretendida pela União, a sua localização, a qualidade do seu acabamento, a segurança do imóvel e do seu entorno, as condições de acessibilidade, o valor pretendido para a locação e o atendimento aos requisitos do programa de necessidade e do projeto básico, detalhados nos Anexos I e II ;

18.5. A futura LOCADORA deverá adaptar ou permitir a adaptação do layout às necessidades da RFB, a fim de proporcionar o funcionamento adequado dos seus diversos serviços e divisões, bem como realizar as adequações necessárias nas redes elétrica, comum e estabilizada, e lógica, para atender o padrão de infraestrutura de Rede Local da RFB, emitido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e manual de infraestrutura de elétrica e lógica

aprovado pela Portaria Conjunta COPOL e COTEC nº 001/2022, inclusive com instalação de pontos de rede em consonância com o layout aprovado pela LOCATÁRIA.

18.6. Deverá, ainda, atender as exigências de instalação de pontos telefônicos, de fornecimento e instalação de divisórias com isolamento acústico e de equipamentos de ar-condicionado, entre outras, além de entregar, em perfeito estado de funcionamento, o sistema central de condicionadores de ar, se for o caso, de combate a incêndios e a rede de lógica, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica, comum e estabilizada.

19 – CONTATO PARA INFORMAÇÕES

19.1. Para obtenção de informações relativas ao processo, utilize o endereço de e-mail alfsts.licitacao@rfb.gov.br

(assinado digitalmente)

Roberto Conrado da Fonseca
ATRFB matrícula nº 1180107

Gelson Carlos Damasceno
TSS matrícula nº 933128

Carlos Cruz Lima Neto
ATRFB matrícula nº 1539411